



Comunas da terra – recampanização e transição agroecológica *Land communes – re-peasantization and agroecological transition*

PEREIRA, Luciano¹

¹Faculdade de Educação - UNICAMP, msocial@unicamp.br

Eixo temático: Agriculturas urbana e periurbana

Resumo: A presente pesquisa busca analisar as formas cooperativas de trabalho em processos de transição agroecológica em dois assentamentos do Estado de São Paulo, a saber, Milton Santos, localizado nas cidades de Americana e Cosmópolis, e Mario Lago, localizado na cidade de Ribeirão Preto. Em meados dos anos 1990, o MST passou por um forte crescimento, o que possibilitou que a Reforma Agrária retornasse à pauta nacional, e se constituiu em uma importante força de oposição aos governos neoliberais. Essa história é conhecida de todos, entretanto, um traço ainda pouco estudado dessa conjuntura é que ela foi marcada pela riqueza de formulação estratégica e imaginação política do MST. É nesse momento que o movimento cria o Movimento dos Trabalhadores Sem Teto (MTST), o Movimento de Trabalhadores Desempregados (MTD) e a formulação das comunas da terra e das comunas urbanas. A pesquisa analisa as duas comunas da terra por meio dos conceitos de recampanização e transição agroecológica.

Palavras-chave: assentamentos da reforma agrária; migração cidade-campo; cooperativas; agroecologia.

Keywords: land reform settlements; city-countryside migration; cooperatives; agroecology.

Contexto

A presente pesquisa busca analisar as formas cooperativas de trabalho em processos de transição agroecológica em dois assentamentos do Estado de São Paulo, a saber, Milton Santos, localizado nas cidades de Americana e Cosmópolis, e Mario Lago, localizado na cidade de Ribeirão Preto. Ambos assentamentos foram resultados de um processo de luta marcado por ocupações, acampamentos e reintegrações, organizado pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, nos primeiros anos do século XXI.

Em meados dos anos 1990, o MST passou por um forte crescimento, o que possibilitou que a Reforma Agrária retornasse à pauta nacional, e se constituiu em uma importante força de oposição aos governos neoliberais. Essa história é conhecida de todos, entretanto, um traço ainda pouco estudado dessa conjuntura é que ela foi marcada pela riqueza de formulação estratégica e imaginação política do MST. É nesse momento que o movimento cria o Movimento dos Trabalhadores Sem Teto (MTST), o Movimento de Trabalhadores Desempregados (MTD) e a formulação das comunas da terra e das comunas urbanas.

Os dois assentamentos são frutos destas formulações e são planejados a partir da elaboração das comunas da terra. Anteriormente, os assentamentos eram distantes das cidades, sobretudo das regiões metropolitanas, as áreas assentadas eram



extensas, o que resultava em grandes lotes para as famílias camponesas. Por sua vez, as comunas da terra são constituídas por assentamentos menores com lotes de 2 hectares e são próximas às grandes cidades, ou seja, estão próximas ao mercado consumidor, no caso em questão, a região de Ribeirão Preto e a Região Metropolitana de Campinas (GOLDFARB, 2007).

Com o tempo, constatou-se que a possibilidade de venda de produtos alimentícios para grandes centros por si só não garantia que os assentados permanecessem na agricultura, muito pelo contrário, muitos deles usavam o lote como moradia e trabalhavam na cidade como cozinheiros e trabalhadores da construção civil e não poucos buscavam combinar o trabalho nas hortas e pomares com o trabalho nas cidades, o que a literatura nomeia de multifuncionalidade dos assentamentos.

Essa realidade foi em parte alterada com a criação ou ampliação dos mercados institucionais nos governos Lula (2003-2010) e no primeiro governo Dilma (2011-2014), quais sejam o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) e o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA). As compras governamentais, por manter a regularidade da aquisição de alimentos e, assim, proporcionar renda a longo prazo, tornam mais atrativo o trabalho na agricultura, o que resultou em um crescimento da produção dos assentamentos e o aumento de trabalhadores e horas de trabalho nos lotes. Nos últimos anos, contudo, as compras governamentais sofreram cortes drásticos. Neste contexto, as cooperativas dos dois assentamentos reforçaram uma orientação que já estava em curso que é a venda direta de cestas de produtos agroecológicos (verduras, legumes, frutas, ovos, mel etc.).

Descrição da experiência

No caso do Milton Santos, é a nova cooperativa (Cooperflora), formada nas aulas de Educação de Jovens e Adultos promovidas pelos assentados que eram militantes orgânicos do MST para a alfabetização de agricultores, que incentiva o trabalho associado dos assentados tendo em vista a venda dessas cestas para consumidores das cidades de Americana e Campinas. Vale observar que os grupos de consumidores são preponderantemente formados por militantes. Numa curiosa inversão, os militantes se tornaram consumidores. Os grupos são formados por petroleiros de Campinas, professores do IFSP de Campinas, Sindicato dos Químicos de Campinas e grupos de vizinhos da moradia estudantil da Unicamp.

Diferentemente do Milton Santos, o Mario Lago é uma grande referência em agroecologia não apenas no Estado, mas no país. Isso se deve às conexões políticas dos assentados com a experiências em agroecologia da Cooperafloresta, uma cooperativa fundada por quilombolas de Barra do Turvo que recebeu um significativo aporte de recursos de um edital da Petrobrás. A Barra do Turvo já era um nó da rede de agroecologia pelo qual passaram figuras-chave da agroecologia, que também são educadores que atravessam o país realizando cursos (Oswaldinho, Namastê Messerschmidt, Nelsão e Ernest Göstch).



Com o tempo, formou-se um triângulo entre a Cooperafloresta, na Barra do Turvo, a Escola Latino Americana de Agroecologia, situada no Assentamento Contestado, na Lapa, Paraná e o Mario Lago. Tal triangulação marcada pela circulação de tecnologias sociais, pessoas, mudas e sementes deu ao Mario Lago um lugar inédito para a agroecologia em assentamentos no Estado de São Paulo. Além disso, a presença de Kelli Mafort tem um peso considerável, já que ela é ao mesmo tempo assentada em Ribeirão Preto e membro da direção nacional do MST e que, notadamente, tem um discurso mais contundente em defesa da agroecologia, diferentemente de lideranças mais produtivistas do Estado.

A solidez das técnicas agroecológicas no Mario Lago possibilitou que a cooperativa realizasse com facilidade a passagem dos programas de compra governamental para a venda de cestas de produtos agroecológicos. Vale observar que a venda direta pode servir muito bem à ideia, defendida na época de formulação das Comunas da Terra, da necessidade de valorização do *território* (espaço de criação de vínculos políticos e cotidianos) e não apenas da luta pela *terra* na acepção de espaço físico. Por meio de nossa observação de campo, já constatamos diversas situações em que há uma intersecção entre a compra e venda de produtos e a tessitura de vínculos e a conscientização política, resultados de encontros semanais nas feiras entre assentados e petroleiros, por exemplo. Além dos encontros nas feiras, pode-se observar que os militantes tornados consumidores passam a visitar o assentamento e entram em contato com assentados que não são as lideranças locais.

O que ainda não está claro é se as cestas são uma resposta aos cortes dos programas governamentais ou se são resultados de uma estratégia nacional (e não local) do MST de valorização do território. A ideia de *território* também está presente nos textos recentes da Via Campesina, organização internacional de movimentos rurais, que são cada vez mais atravessados pelas questões ambientais. Mazzala (2012) e Loureiro (2017) lançam a hipótese de que é por meio da Via Campesina que a agroecologia é aceita pelo MST. Outros dois movimentos sociais brasileiros com presença nacional que defendem a agroecologia, anteriormente e com mais contundência em comparação ao MST, são o MPA (Movimento de Pequenos Agricultores) e o MMC (Movimento das Mulheres Camponesas), não por acaso, ambos também pertencentes à Via Campesina.

Todos esses processos foram verificados por meio da combinação de entrevistas e observação participante e análise bibliográfica. No caso do assentamento Milton Santos, nossa observação participante possui três anos de duração e é realizada simultaneamente ao nosso trabalho de extensão que é financiado pela Pró-Reitoria de Extensão da Unicamp. No caso do assentamento Mario Lago, realizamos duas incursões de campo. Além disso, realizamos entrevistas com agricultores da cooperativa quando estes estiveram presentes em evento organizados por nós na Faculdade de Educação, quando expuseram suas experiências e reflexões políticas a respeito do trabalho na cooperativa e a venda de cestas. A respeito das conexões políticas e trocas de conhecimentos entre os quilombos agroecológicos da Barra do Turvo, SP, o assentamento Contestado, Lapa, PR, e o Assentamento Mario Lago,



em Ribeirão Preto, SP, nossa análise está amparada em observação de campo e entrevistas realizadas tanto na Barra do Turvo, quanto no Assentamento Contestado. A fundamentação teórico-metodológica da pesquisa é constituída pelas reflexões de Paulo Arantes (2014) sobre o Brasil contemporâneo, sobretudo, análise da crise do mundo do trabalho, e, a respeito das Comunas da Terra e processos de recampanisação, pela pesquisa de Yamila Goldfarf (2007).

Resultados e discussão

Evidentemente, as cooperativas construídas em meio a processos de transição e consolidação da agroecológica não representam o fim das velhas e novas dificuldades dos assentamentos. Como é sabido, aos assentamentos não são dirigidas políticas que constituem uma efetiva Reforma Agrária, as quais extrapolam a posse da terra. Além disso, recentemente, os assentamentos já consolidados voltam a sofrer questionamentos judiciais, como repetidamente acontece com o Milton Santos. A própria localização dos assentamentos favorece a busca de trabalho nas cidades e abandono das roças, pomares e hortas. O trabalho na terra não tem sido uma perspectiva da juventude no campo, levando à ausência de novos agricultores na sucessão familiar. No Milton Santos, na composição etária dos assentados, uma parte significativa é de agricultores idosos. Diferentemente, no Mario Lago, a agroecologia tem atraído o interesse de adultos jovens assentados. Além disso, os dois assentamentos atraem estudantes, pesquisadores e funcionários públicos das instituições de agricultura e militantes da reforma agrária e da agroecologia.

Ao lado das dificuldades representadas pela falta de crédito, extensão rural e programas de aquisição de alimentos, podemos observar processos que apontam possíveis resistências dos trabalhadores às dinâmicas de exclusão da agricultura camponesa por meio da agroecologia:

- I) As cooperativas e a entrega das cestas agroecológicas têm repercutido positivamente no trabalho dos agricultores. Como não se trata apenas de aplicar insumos químicos e sim de observar e realizar os manejos agroecológicos, a assimilação e invenção de técnicas têm levado à apropriação do conteúdo do trabalho e a processos de desalienação do trabalho.
- II) A incorporação das técnicas agroecológicas tende a trazer mais autonomia para os agricultores porque eles não vão mais à loja comprar insumos químicos, mas procuram produzir os insumos (húmus e outros adubos orgânicos, repelentes naturais e bioinseticidas) dentro de seus lotes, o que proporciona maior autonomia financeira.
- III) Os produtores entram em contato com consumidores, o que tem trazido reconhecimento do trabalho de cultivo de alimentos em por pessoas que têm trajetória de discriminação social pelo analfabetismo, pela cor e pelas ocupações profissionais subalternas. O trabalho na agricultura carrega os estigmas do trabalho manual, quando, na verdade, envolve observação constante, experimentos práticos e o trabalho do cuidado, seja com a plantação, ou seja, com a criação. A aproximação com consumidores valoriza o saber-fazer dos agricultores.



IV) A entrega das cestas em cooperativas ainda não repercutiu significativamente nos processos de trabalho coletivo nos lotes individuais. Isto é, a montagem da cesta envolve a entrega coletiva da produção individual dos lotes e não o trabalho associado nos lotes, seja em forma de mutirão, seja em forma de troca de horas ou dias de trabalho. A individualização também está presente na reduzida troca de sementes, mudas e alimentos.

A partir do que foi descrito e analisado acima, acreditamos que a formulação política da Comuna da Terra deve ocupar um lugar central, tanto em pesquisas científicas, quanto em debates políticos, haja vista que tal ocupação do território é uma proposta concreta para tantos desafios dessa quadratura histórica, quais sejam, crise do mundo do trabalho, colapso das grandes cidades, criminalização da pobreza, mudanças climáticas e outros descritos por Arantes, em o Novo tempo do mundo (ARANTES, 2014).

As comunas incorporam a população das periferias urbanas em agrovilas, por meio do processo de recampanização, proporcionam um trabalho ético, ecológico e desalienado e com a virtualidade do reconhecimento pelo trabalho de produzir comida de verdade para os vizinhos e para as cidades.

Referências bibliográficas

GOLDFARB, Yamila. **A luta pela terra entre o campo e a cidade – as comunas da terra do MST, sua gestação, principais atores e desafios**. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação em Geografia Humana – USP, 2007.

LOUREIRO, I. Agronegócio, resistência e pragmatismo: as transformações do MST. In: SINGER, A.; LOUREIRO, I. (Orgs.) **As contradições do Lulismo - a que ponto chegamos?** São Paulo: Boitempo, 2016, pp. 123-156.

MAZZALA NETO, W. **Agroecologia e movimentos sociais – entre o debate teórico e sua construção pelos agricultores camponeses**. Tese de Doutorado. Faculdade de Engenharia Agrícola, Unicamp, 2014.

VERDEJO, M. E. **Diagnóstico rural participativo - guia prático**. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2006.